

10.ª 29.4.2019	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CARNIDE
---------------------------	--

ACTA

Aos **VINTE E NOVE** dias do mês de **ABRIL** do ano de **dois mil e dezanove**, pelas **vinte e uma horas e catorze minutos**, reuniu, no Salão Nobre do Edifício da Junta de Freguesia, para efectivação de mais uma **sessão ordinária**, do quadriénio 2017-2021, a Assembleia de Freguesia de Carnide, tendo estado presentes: **MARIA VILAR DIÓGENES, FERNANDO JOSÉ LOURO OLIVEIRA, MARIA JOSÉ PINHEIRO DA CRUZ, JOSÉ ANTÓNIO DA COSTA MORGADO, DANIEL LUIS MARTINS DA SILVA SOARES, VIRGINIA CRUZ GARCIA PINTO, VASCO HENRIQUE MARQUES BARRETO DE CASTRO FERREIRA, JORGE HUMBERTO OLIVEIRA DA SILVA, JOÃO VENTURA TOURÃO, MÁRIO ANTÓNIO DE OLIVEIRA ALVES, PAULO RENATO LOPES RODRIGUES, DIANA ISABEL BECHET GONÇALVES VALE, MIGUEL MARTINS AGROCHÃO E MARIA JOSÉ PINHEIRO DA CRUZ**

Por parte do Executivo estiveram presentes: **FÁBIO MARTINS DE SOUSA, FLORIANE SILVESTRI, PAULA GRANJA E SUSANA MARIA BERNARDO VIEIRA DA CRUZ**, ausente **MARIA TERESA FERREIRA MARTINS**.

Na **Ordem de Trabalhos** desta Assembleia, e conforme prévia convocatória, constava a abordagem aos seguintes pontos:

1. Acta da 8.ª e 9.ª Assembleia de Freguesia de Carnide – Apreciar e votar as actas das reuniões anteriores;
2. Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia – Apreciar a Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do art.º 9º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;
3. Prestação de Contas – Apreciar e votar os documentos de Prestação de Contas, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art.º 9º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro;
4. Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental – Aprovar a 1.ª Revisão Orçamental de 2019, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 9º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro;
5. Aprovação da 1.ª Revisão ao PPI de 2019 – Aprovar a 1.ª Revisão ao PPI de 2019-2021, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 9º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro;

6. Inventário – Apreciar o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro;
7. Proposta – Protocolos de Cooperação – Autorizar a celebração de Protocolos de Cooperação, de acordo com as alíneas g), i) e j) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;
8. Apreciação e discussão do Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição relativo ao exercício de 2018 – Apreciar e discutir o Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição relativo ao exercício de 2018, de acordo com o n.º 1 do art.º 53.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, conjugando com a alínea f) do n.º 2 do art.º 9.º do citado diploma, bem como o disposto no n.º 3 do art.º 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, Lei 24/98, de 26 de Maio.

Antes do início da sessão foram entregues à Mesa os seguintes documentos:

Documento 1 - **VOTO DE SAUDAÇÃO AO 45º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE ABRIL E AO 1º DE MAIO - pela CDU;**

Documento 1A -**VOTO DE SAUDAÇÃO AOS 45 ANOS DO 25 ABRIL E AO 1º DE MAIO – pelo PS;**

Documento 2 – **MOÇÃO – PELO DESENVOLVIMENTO DO TRANSPORTE COLECTIVO – pela CDU;**

Documento 2A - **MOÇÃO – MELHORAMENTOS À INTERVENÇÃO DA CML NA PRAÇA SÃO FRANCISCO DE ASSIS – pelo PSD;**

Documento 3 – **RECOMENDAÇÃO – OBRAS NA IGREJA DO BAIRRO PADRE CRUZ – pela CDU;**

Documento 4 – **RECOMENDAÇÃO – INFORMAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE VOTO NAS ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU – pelo CDS;**

A iniciar a reunião, a Presidente da Assembleia de Freguesia começou por saudar todos os presentes e passou, de pronto, a palavra à população para que esta se pudesse pronunciar acerca daquilo que considerasse pertinente.

Neste sentido, a cidadã **VIRGINIA MONTEIRO**, moradora em Carnide, há 27 anos, começou por manifestar-se acerca dos problemas de estacionamento na Rua Conselheiro José Silvestre Ribeiro, onde habita, referindo que muitos dos lugares de estacionamento ali existentes são diariamente ocupados pelos professores da Escola Secundária Virgílio Ferreira e pelos lojistas da área, tendo esta situação piorado

substancialmente na sequência da colocação de parquímetros em Telheiras, que empurraram o trânsito para esta zona.

Na mesma lógica, sugeriu que também naquela rua fossem colocados parquímetros que pudessem ser dissuasores de ocupação por forasteiros, salvaguardando as vagas para os moradores.

O cidadão **MÁRIO NOGUEIRA**, por seu lado, corroborou as mesmas queixas relativas ao estacionamento – que se reflectem também na Rua Padre Américo - e, perante algumas situações de estacionamento anómalo a que tem assistido, por parte de funcionários da Junta de Freguesia, pediu ao Executivo que sensibilizasse o pessoal da autarquia para que estes se assumissem como modelos de boas práticas. Queixou-se, além disso, de ter deixado de receber o Boletim da Junta de Freguesia e afirmou que no site da autarquia tem visto pouca divulgação e feedback das iniciativas que aqui vão acontecendo e que, mais do que as redes sociais, este deveria ser o órgão agregador e privilegiado da comunicação.

A terminar a sua intervenção, afirmou que considerava importante procurar sensibilizar a população para uma maior participação nas Assembleias de Freguesia, de modo a melhor se conhecer o trabalho de cada um.

PAULA VELASQUEZ, da Associação de Moradores da Quinta da Luz, começou por congratular-se com o início das obras de recuperação do Polidesportivo da Quinta da Luz, sublinhando que elas acontecem depois de muitas insistências junto da Câmara Municipal de Lisboa, quer por parte da AMQL quer por parte da Junta de Freguesia.

Continuam, no entanto, a registar-se alguns problemas naquela zona, nomeadamente relacionados com excessos de velocidade na Rua Ana de Castro Osório, que fazem sobressair a necessidade de colocação de passadeiras sobre-elevadas, à semelhança das instaladas na Avenida do Colégio Militar, para redução dos atropelamentos que se têm verificado.

Paralelamente a estes problemas, **PAULA VELASQUEZ** queixou-se, também, de alguma falta de iluminação nas zonas arborizadas, pelo facto de a folhagem das árvores encobrir os candeeiros.

Lamentou, ainda, o excesso de ruído que se regista na Quinta de Luz e que não decorre apenas do excesso de velocidade, mas também da falta de planeamento, por parte da CML, com o serviço de recolha dos resíduos urbanos, que é realizado durante a noite, perturbando o descanso dos moradores.

A terminar a sua intervenção, esta moradora afirmou que, quer a Associação de Moradores, quer a população em geral, estranharam o facto de, no feriado do dia 25 de Abril, terem estado a decorrer obras de ampliação de um barracão instalado na Avenida do Colégio Militar, sede de uma associação cultural local, com a implantação de contentores, sem que previamente lhes tenha sido dado qualquer conhecimento e julgando não estar esta intervenção considerada em nenhum plano de urbanização.

Em tempo de resposta às intervenções do público, **DANIEL SOARES** começou por dizer que o PS acompanha a sugestão do estacionamento apresentada por Virgínia

Monteiro, e que acompanha também as questões apresentadas por Mário Nogueira. Perguntou ao Executivo se existe algum regulamento relativo ao horário de recolha do lixo.

JOSÉ MORGADO, por sua vez, corroborou a intervenção de Virgínia Monteiro e afirmou que também o PSD acompanha de muito perto e com grande preocupação esta situação. Nesta sequência, propôs a criação de zonas de estacionamento exclusivas para residentes.

Relativamente à falta de informação mencionada por Mário Nogueira, **JOSÉ MORGADO** afirmou concordar também com ela, e que, já por diversas vezes, havia aqui sublinhado esse facto, tendo tido já a oportunidade de conversar sobre isso com Susana Cruz, vogal da do Executivo com a responsabilidade desta área

DIANA VALE, por seu lado, depois de saudar todos os presentes, particularmente os membros da população, cuja presença é sempre muito importante, quis apenas recordar que muitas das questões que aqui foram levantadas não são de agora e que já remontam há algum tempo.

Em resposta às interpelações que lhe foram dirigidas, **FÁBIO SOUSA**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, depois de agradecer a presença da população, afirmou que os problemas do estacionamento são um sintoma do que tem sido a intervenção da EMEL, com entradas pouco planeadas nalgumas zonas da cidade.

Neste sentido, e desejando buscar soluções assertivas, afirmou que o Executivo iria assumir o compromisso de marcar uma sessão pública com a população, para ouvir os moradores com as suas sugestões e propostas concretas daquilo que julgam ser as melhores soluções, tendo em conta que, para o Executivo, não fazia muito sentido que estas decisões fossem tomadas de forma unilateral por uma empresa municipal, sem auscultação das populações e dos residentes.

Quanto ao Boletim e ao site da Junta de Freguesia, o Presidente da Junta afirmou que tem sido feito um grande esforço de melhoria da comunicação. Até porque quanto melhor e mais eficaz for a comunicação mais pessoas se conseguem envolver nas iniciativas da Autarquia. Justificou, também, que uma das colaboradoras responsáveis por esta área esteve com baixa médica durante três meses e que isso obstaculizou a eficácia da comunicação.

Relativamente às obras de reabilitação do Polidesportivo da Quinta da Luz, **FÁBIO SOUSA** afirmou que as obras tinham começado nesta mesma data e que, depois de um período de grande indefinição acerca de quem as deveria fazer - se a CML ou se a Junta de Freguesia - esta autarquia resolveu assumi-las, decorrendo as mesmas a seu cargo, e que acreditava que o seu desfecho iria ser muito positivo.

O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA afirmou, também, que o Executivo havia já reforçado junto da Direcção Municipal da Mobilidade a sua preocupação com a necessidade de se melhorar a passagem de peões na Rua Ana de Castro Osório.

Relativamente ao ruído com as recolhas de lixo dos ecopontos subterrâneos, também a Junta de Freguesia tem feito pressão junto dos Serviços responsáveis da Câmara

Municipal de Lisboa para que se encontre uma solução razoável para a sua efectivação, nomeadamente tentando que esta se possa realizar durante o dia. Sublinhou ainda que sendo a Quinta da Luz o bairro piloto de implementação destas eco-ilhas na freguesia de Carnide – implementadas de forma muito participada e com o precioso envolvimento da Associação de Moradores - e o primeiro bairro da cidade com instalação em toda a sua área isso, isso constituía uma verdadeira razão de orgulho para a freguesia e que tal situação não se podia deixar perder por causa desta variável parasita da recolha dos resíduos feita durante o período nocturno.

Relativamente à falta de iluminação nas zonas arborizadas, referenciada por Paula Velasquez, **FÁBIO SOUSA** afirmou que a Junta de Freguesia iria tentar proceder a uma poda preventiva da copa das árvores, de modo a evitar o encobrimento dos candeeiros ou, eventualmente, avaliar a possibilidade de relocalização dos mesmos.

Quanto ao aumento das instalações do espaço da Boutique da Cultura, o **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA** afirmou que este se integra num projecto aprovado em Orçamento Participativo, que, do ponto de vista do urbanismo, está a ser acompanhado pela Câmara Municipal de Lisboa. A Junta de Freguesia de Carnide irá, contudo, articular-se com a CML no sentido de perceber a perspectiva do município – a quem cabe esta competência da gestão urbanística -, uma vez que a edificação não estava, efectivamente, contemplada no Plano Urbanístico original da Quinta da Luz, mesmo considerando que este não é um Plano vinculativo.

Passando-se de seguida a um novo ponto da agenda, procedeu-se à apreciação dos documentos previamente entregues à Mesa.

Assim, **JOÃO VENTURA TOURÃO** apresentou o “**VOTO DE SAUDAÇÃO AO 45º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE ABRIL E AO 1º DE MAIO**” (Documento 1);

Submetido a votação resultou o mesmo **aprovado**, com os votos favoráveis da CDU (7) e do PS (3), e com as abstenções do PSD (2) e CDS (1);

DANIEL SOARES, por sua vez, apresentou o “**VOTO DE SAUDAÇÃO AOS 45 ANOS DO 25 ABRIL E AO 1º DE MAIO**” (Documento 1A).

Submetido a votação resultou o mesmo **aprovado**, com os votos favoráveis da CDU (7), do PS (3) e do PSD (2), e com a abstenções do CDS (1);

Na sua vez, **JORGE HUMBERTO** apresentou a “**MOÇÃO – PELO DESENVOLVIMENTO DO TRANSPORTE COLECTIVO**”;

Nesta sequência, **DANIEL SOARES** propôs que fossem feitas algumas alterações de pormenor e sugeriu que a moção fosse votada por pontos.

Após alguma discussão acerca das sugestões de alteração, **MIGUEL AGROCHÃO** afirmou considerar importante não esquecer o contributo histórico que o PCP deu ao longo dos últimos 20 anos para esta luta. “Ainda que se reconheça o mérito de quem

operacionaliza a medida, importa não esquecer quem ao longo dos tempos se tem batido por ela” - disse.

Tendo esta Moção sido submetida a votação por pontos, registaram-se, assim, os seus resultados:

Ponto 1 – **Aprovado** por Unanimidade;

Ponto 2 – **Aprovado** por Unanimidade;

Ponto 3.1. – **Aprovado** com os votos favoráveis da CDU (7), PSD (2), CDS (1) e um voto de elemento do PS e com a abstenção de dois elementos do PS;

Ponto 3.2. – **Aprovado** por Unanimidade;

Ponto 3.3. – **Aprovado** com os votos favoráveis da CDU (7), PSD (2) e CDS (1) e com a abstenção do PS (3);

JOSÉ MORGADO, por seu turno, apresentou a “**MOÇÃO – MELHORAMENTOS À INTERVENÇÃO DA CML NA PRAÇA SÃO FRANCISCO DE ASSIS**”.

A este propósito, **JOSÉ MORGADO** sublinhou que o teor deste documento era muito localizado, mas que se referia a um sítio onde residem largas dezenas de famílias, e onde há pouco tempo, em virtude dos muitos acidentes ali registados, havia sido efectuada uma intervenção pela Câmara Municipal de Lisboa no sentido da redução da velocidade do trânsito, nomeadamente, na Praça S. Francisco de Assis, na Avenida Cidade de Praga e na Avenida das Nações Unidas.

Reconheceu que a intervenção efectuada, ainda que discutível acerca dos melhores resultados, conseguiu, efectivamente, reduzir a velocidade do trânsito. Contudo, em alternativa, potenciou condições para uma nova “prática desportiva”, como o *drifting* nocturno, com alguns condutores a entreterem-se a contornar a rotunda e a deitar a baixo os pinos de borracha com os seus veículos.

Referiu que, em fase anterior à intervenção, a praça possuía cinco faixas de rodagem, o que permitia que, na faixa mais exterior, os condutores pudessem parar para a tomada e largada de passageiros sem interferir com o fluxo de trânsito, neste momento, com a redução para duas faixas de rodagem qualquer paragem veículos, sejam de emergência, de transporte público, ou de qualquer outro tipo, provoca constrangimentos significativos. É neste contexto que se introduz a presente Moção, com a sugestão de criação de zonas técnicas de estacionamento temporário, em todos os espaços livres entre as vias de acesso à praça, tendo fundamentalmente presente a realidade das pessoas com mobilidade reduzida.

Na sequência desta apresentação, **DANIEL SOARES** afirmou saudar a mudança de posição do PSD, com a leitura da solução implementada pela CML.

Considerou, contudo, ter algumas reservas acerca da criação das zonas técnicas de paragem consideradas na moção, uma vez que esta não é ainda uma solução definitiva.

Propôs alterações ao ponto 2 da Moção, afirmando julgar importante que os moradores sejam ouvidos para tudo e não apenas para esta intervenção, como ali se lê no articulado. Proposta de alteração que foi aceite por **JOSÉ MORGADO**.

MIGUEL AGROCHÃO por seu lado, pediu que a Moção pudesse ser votada ponto por ponto, uma vez que não lhe parecia fazer sentido apresentar primeiro a solução e só depois pedir que a população seja ouvida.

No uso da palavra **JORGE HUMBERTO** afirmou que a gravidade do problema ali subjacente não se circunscreve apenas à Praça São Francisco de Assis, e que, obviamente, com o estrangulamento do trânsito se provoca uma inerente redução da velocidade, mas que a solução ali encontrada se reveste de um mau gosto estético e evidente falta de sensibilidade prática, que não respeita os automobilistas, nem os peões, nem as pessoas com mobilidade reduzida. As faixas são demasiado reduzidas, e praticamente impedem a circulação de um veículo de maiores dimensões, seja ele um autocarro de transporte público, ou seja um qualquer outro veículo de trabalho; as passadeiras estão mal localizadas; e a sua localização insuficientemente sinalizada.

Neste sentido, **JOSÉ MORGADO** quis clarificar que a Moção que trazia a esta Assembleia tinha apenas a ver com a intervenção rápida que foi feita e não propriamente com a solução implementada, que se reconhece ainda com muitas deficiências e da qual o PSD foi também um activo crítico.

Em resposta a estas intervenções, **DANIEL SOARES** afirmou que a parte da Avenida das Nações Unidas, no sentido Praça S. Francisco—Eixo Norte Sul, não tinha anteriormente qualquer estacionamento e que este apenas foi criado com a intervenção recentemente realizada; afirmou também que em todos os cruzamentos ou rotundas os autocarros têm de cruzar várias faixas de rodagem para mudar de direcção ou fazer curvas; por fim, sublinhou que o objectivo imediato da intervenção executada era o de reduzir a velocidade na Praça S. Francisco de Assis e na Avenida das Nações Unidas e que isso havia sido cumprido, não havendo, até à data, registo de mais atropelamentos.

DIANA VALE, na sua vez, afirmou que era necessário recordar e perceber porque é que foi necessária uma intervenção urgente nesta questão. Acrescentou acreditar que tanto a Junta de Freguesia, como a Câmara Municipal de Lisboa pretendiam, fundamentalmente, a melhor intervenção possível, na salvaguarda e em prol da defesa da segurança de todas as pessoas que ali passam e que era legítima a existência de diferentes leituras sobre o que se fez ou o que se poderia ter feito, mas que havia também uma questão que a interrogava e que remetia a sua dúvida para a informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia, na qual se refere que o Executivo acompanhou a intervenção na Praça S. Francisco de Assis, dirigindo diversos contributos à Câmara Municipal, pelo que, desta forma, questionava que tipo de

contributos terão sido estes que a Junta deu, se a CML seguiu estes contributos ou se seguiu outros caminhos, sem ouvir o Presidente da Junta ou os moradores.

Em resposta a esta intervenção, **MIGUEL AGROCHÃO** afirmou haver uma diferença entre método e resultado, que são dimensões diferentes. E que era legítima a discordância com o método, tal como era legítima a discordância com o resultado. Em Carnide – afirmou – tem havido uma forma de fazer política que pressupõe o envolvimento das pessoas na construção das soluções. E que a CDU de Carnide era, por defeito, contra soluções de gabinete impostas e artificialmente discutidas. Pelo que, no que diz respeito ao método adoptado para esta solução, a CDU não se revia e, no que diz respeito aos resultados, ser bem clara a posição desta força política. Contudo, entre uma e outra dimensão haveria sempre a considerar que, mesmo não concordando com os resultados nem com o método, a CDU não se demitiria da discussão e do contributo, seja ele levado em conta ou não, junto das instituições que detêm o poder de escolha.

Após mais algum tempo de discussão, passou-se de seguida à votação por pontos desta Moção, tendo-se registado os seguintes resultados:

Ponto 1 – Aprovado com a abstenção do CDU, PS, CDS

Ponto 2 – Aprovado por unanimidade

Noutro momento desta Assembleia **FERNANDO D'OLIVEIRA** apresentou a **“RECOMENDAÇÃO – OBRAS NA IGREJA DO BAIRRO PADRE CRUZ”**.

Tendo a mesma sido submetida a votação resultou **aprovada** por unanimidade.

Na sequência desta recomendação **FÁBIO SOUSA** afirmou que a Junta de Freguesia de Carnide fará todos os esforços para que no mais breve trecho possível seja lançada esta empreitada e rapidamente seja realizada esta intervenção.

A terminar este Período de Antes da Ordem do Dia, **DIANA VALE** apresentou a **“RECOMENDAÇÃO – INFORMAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE VOTO NAS ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU”**;

Submetida a votação resultou esta recomendação **aprovada** por unanimidade.

Entrando-se, depois, na Ordem de Trabalhos e na abordagem ao **Ponto 1 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS DA 8.ª E 9.ª ASSEMBLEIA DE FREGUESIA**, resultaram as mesmas **APROVADAS POR UNANIMIDADE**, com a introdução de pequenas alterações de terminologia (onde se lia “não aprovado” passou a constar “rejeitado”).

Relativamente ao **PONTO 2 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE**, **DIANA VALE** pediu alguns esclarecimentos a Fábio Sousa, nomeadamente acerca do ponto de

situação das hortas do Bairro da Horta Nova; acerca do ponto de situação do projecto de requalificação da Azinhaga das Carmelitas; acerca dos contributos concretos dados pela Junta de Freguesia relativamente ao projecto da Praça de São Francisco de Assis; acerca das intervenções de beneficiação e requalificação dos lotes do Bairro da Horta Nova; acerca das prioridades identificadas com o vereador Manuel Grilo relativamente às escolas de Carnide e acerca do ponto de situação relativamente às esquadras da freguesia.

JOSÉ MORGADO, por sua vez, reiterou algumas das questões colocadas pela eleita do CDS; reforçou o pedido de que a Junta não deixasse de insistir na necessidade de se ouvirem os moradores para a tomada de decisões que digam respeito à sua própria vida; repetiu a solicitação, já feita noutras ocasiões, de facultação do Regulamento da Feira da Luz; inquiriu da situação relativa aos índices de analfabetismo na freguesia e quis saber se este foi um assunto sujeito a abordagem na reunião havida com o vereador Manuel Grilo; questionou acerca de eventuais novidades de relevo relacionadas com a situação do CAC-Clube Atlético e Cultural e, por fim, reforçou a necessidade premente de se melhorarem os canais de informação, sublinhando que, enquanto eleito, muitas das vezes não tinha acesso a alguma informação pertinente do que se passava, das decisões do Executivo, das iniciativas da Junta ou, pelo menos, de informação atempada.

No uso da palavra, **VIRGINIA PINTO** referiu que no relatório do Presidente constava pouca informação relativa aos espaços verdes e que era necessário relembrar a premência dos cortes de árvores, afirmando que os serviços da Junta andaram a cortar árvores nas traseiras da Rua Manuela Porto mas que, aquelas que efectivamente precisavam de ser cortadas, ficaram lá na mesma. Reforçou que estas são árvores de alto porte e de cruta elevada, cujas folhas facilmente entopem as caleiras dos prédios e que, com o vento, batem nas janelas provocando incómodos aos moradores e havendo o risco de quebra das vidraças.

Na sequência deste período de interpelações, **DANIEL SOARES** quis saudar o Executivo pelo trabalho realizado no sentido da integração dos trabalhadores precários, através do PREVPAP, mas questionou, também, acerca do número de trabalhadores oriundos da CML que regressaram àquela Instituição e quais as razões porque o fizeram.

Relativamente à cultura, congratulou-se com a existência de mais um projecto ganho em Carnide, em sede de Orçamento Participativo – Casa das Artes – mas, ante a cessação da cedência do Espaço Bento Martins à Boutique da Cultura, quis saber qual o destino preconizado para aquele espaço e que tipo de protocolo se iria de futuro estabelecer com a Boutique da Cultura, considerando a sua importância na freguesia e no meio cultural de Carnide.

No que concerne ao desporto, deu boa nota pelo facto de os trabalhos de construção do complexo desportivo que deverá acolher a actividade do CAC estarem contemplados neste documento, mas, porém, registou não haver ainda nada de concreto pelo que, mesmo com a consciência das diversas dificuldades verificadas com a atribuição da empreitada, pretendeu saber o que estava planeado e como se iria realizar a gestão deste processo.

Por fim, questionou acerca da existência de algum protocolo entre a Junta de Freguesia de Carnide e a Cáritas que, eventualmente, contemplasse a limpeza do espaço desta Instituição, sito nas traseiras da Rua Manuela Porto, e os termos em que ele possa ter sido redigido.

VASCO FERREIRA, na sua vez, inquiriu acerca do ponto de situação relativo à implementação do Regulamento Geral da Protecção de Dados (RGPD), mesmo sabendo que ainda nada está determinado para a sua aplicação por parte das entidades públicas.

Em resposta a estas interpelações **FÁBIO SOUSA** começou por ir ao encontro das questões colocadas por **DIANA VALE** e dizer que:



- segundo a Câmara Municipal, o processo do parque hortícola da Horta Nova está em concurso;
- relativamente ao projecto de requalificação da Azinhaga das Carmelitas, a decisão de contratar a empreitada foi já aprovada por unanimidade, em reunião de Câmara e em Assembleia Municipal, pelo que segue agora o seu percurso normal em vista à implementação;
- na sequência da reunião com o vereador Manuel Grilo foram definidas prioridades relacionadas com as obras nalguns equipamentos escolares da freguesia, nomeadamente nas escolas do Bairro Padre Cruz e Horta Nova, identificadas como intervenções prioritárias;
- Relativamente à Praça São Francisco de Assis os contributos da Junta de Freguesia para melhoria daquele projecto assentaram, fundamentalmente, na reivindicação da participação da população na decisão a tomar, do reforço da iluminação junto das passagens de peões, da avaliação da possibilidade de semaforização e da exigência de um estudo de tráfego real e credível, considerando que a simples redução das faixas de rodagem não espelhavam, de forma alguma, nenhum estudo efectuado;
- No que concerne às Esquadras de Polícias da freguesia foi transmitido pela Secretária de Estado Adjunta que não iria haver orientação nenhuma no sentido do encerramento destas unidades. Contudo a Junta de Freguesia tem vindo a sentir um progressivo desinvestimento na Esquadra da Horta Nova, sacrificando-a e promovendo o seu encerramento no período nocturno. Nesta circunstância a Junta de Freguesia e o Grupo Comunitário já fizeram sentir a sua preocupação junto do Ministério da Administração Interna, convidando mesmo os responsáveis ministeriais a participar numa sessão do Grupo Comunitário para discussão desta problemática;
- No que toca às obras de requalificação dos lotes do Bairro da Horta nova, foi criada uma Comissão de Acompanhamento entre a Junta de Freguesia, o Grupo Comunitário e Instituições locais para seguimento destas intervenções.

Relativamente às questões levantadas por JOSÉ MORGADO, o **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA** assegurou que

- o envolvimento das populações na tomada das decisões é uma defesa e exigência permanente do Executivo;
- Não há um Regulamento específico da Feira da Luz, o que há é um programa organizativo que poderá facilmente ser facultado, bastando, para isso, que se faça chegar ao Executivo, mesmo por e-mail, um pedido nesse sentido (se isso já foi feito e ainda não foi dada qualquer resposta o Presidente da Junta de Freguesia apresenta aqui publicamente o seu pedido de desculpas);
- Na reunião havida com o vereador Manuel Grilo não foi colocado o analfabetismo como prioridade;
- A novidade que poderia haver relativamente à situação do CAC seria a de que, nesta data, o projecto se encontrava em fase de revisão e que que, em breve, sairá o resultado dessa revisão e daquilo que foram todas as alterações introduzidas e solicitadas pela Câmara Municipal de Lisboa, no sentido da redução de custos. Muito provavelmente este projecto seguiria depois para concurso público por parte da CML que mudou o seu entendimento inicial de que seria um processo mais ágil se assumido pela Junta de Freguesia, mas que agora, com a reestruturação dos serviços municipais, se sentia em condições e com melhor capacidade de o assumir;
- Regista-se a insatisfação com a actuação do Gabinete de Informação da Junta de Freguesia e assume-se a necessidade de aperfeiçoar a sua eficácia;

Respondendo a VIRGINIA PINTO, o **PRESIDENTE DA JUNTA** afirmou que iria aferir, junto da equipa responsável pela manutenção dos jardins e espaços verdes e com os engenheiros biofísicos da CML, das condições possíveis para efectivação de podas mais radicais, respeitando sempre o Regulamento de Arvoredo da Câmara Municipal.

No que concerne às questões levantadas por DANIEL SOARES, **FÁBIO SOUSA** referiu

- não haver nenhum trabalhador transitado para a CML em processo disciplinar – ao contrário do que se verificou aquando da passagem dos trabalhadores da Câmara para os quadros da Junta de Freguesia;
- Confirmou o final, a breve trecho, do protocolo existente entre a Junta de Freguesia de Carnide e a Boutique da Cultura e que, quando tal se vier a verificar, o pelouro da cultura e o pelouro do movimento associativo terão inteira disponibilidade e condições para, à semelhança do realizado com os demais parceiros da freguesia, procurarem aferir das expectativas da Associação e quais as capacidades da Autarquia para poder criar sinergias que permitam à Boutique da Cultura continuar o seu meritório trabalho e que a população continue a usufruir da sua actividade cultural;
- O Espaço Bento Martins voltará a ficar sob a gestão da Junta de Freguesia de Carnide, ficando ao dispor da cultura e disponível para uso da Autarquia e

das Instituições da Freguesia, à semelhança do que acontece com o Centro Cultural de Carnide;

- Não existe nenhum protocolo de Cooperação com a Cáritas. O que existe neste sentido é uma boa capacidade de resposta para algumas das solicitações que são feitas por aquela Instituição, até para salvaguarda das condições de segurança e higiene dos meninos que ali são assistidos (neste sentido, e dada a articulação que se regista, **DANIEL SOARES** exortou a que fosse elaborado um protocolo de colaboração com esta Instituição, perspectiva aceite pelo Presidente da Junta de Freguesia);

Indo ao encontro da questão colocada por VASCO FERREIRA, o **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA**, afirmou não ter ainda sido desenvolvido nenhum trabalho concreto no âmbito do RGPD, tendo apenas sido enviados alguns técnicos da autarquia para formação, nomeadamente sob o ponto de vista de gestores do sistema de protecção de dados.

Ainda neste período de interpelações consequentes da apreciação da Informação Escrita do Presidente, **DANIEL SOARES** questionou se, relativamente à situação já descrita do CAC, a Junta de Freguesia assumia a sua incapacidade para gestão deste processo, se iria denunciar o respectivo protocolo de delegação de competências e se iria, deste modo, devolver à CML o valor entretanto recebido.

A este propósito **FÁBIO SOUSA** afirmou que este contrato de delegação de competências tem sido o mais transparente possível e que, desde o princípio, e contrariando aquele que era o entendimento da Câmara Municipal de Lisboa, a Junta de Freguesia de Carnide sempre assumiu e defendeu que era impossível implementar o projecto tal como ele se apresentava e nas condições que lhe eram propostas, e que, pelos valores protocolados, muito dificilmente se conseguiria dar seguimento a este projecto. Contrariamente, a CML sempre se defendeu, dizendo que não eram as empresas de construção civil, potenciais concorrentes, que ditavam as regras e os valores mas que eram as autarquias quem tinha essa capacidade. A realidade – disse **FÁBIO SOUSA** – tem mostrado o contrário. Mais acrescentou que, em todo o processo, a Junta de Freguesia sempre esteve em permanente diálogo e estreita ligação com o Clube, dando sempre a cara, mesmo nas situações de maior complexidade e de maiores vicissitudes e assumindo, desde o princípio, que não seria pela Junta de Freguesia que o projecto não seria implementado.

Disse, ainda, que a própria Câmara Municipal de Lisboa não vê incapacidade da Junta de Freguesia para a concretização deste projecto, porém, os cronogramas da Junta e da Câmara são diferentes e que, numa perspectiva de agilidade e de concretização temporal, a Câmara se apresenta como reunindo melhores condições, pelo que será esta a assumir os trabalhos.

Passando-se à discussão do **PONTO 3 – PRESTAÇÃO DE CONTAS** – a vogal **SUSANA CRUZ** fez a apresentação deste documento e da análise orçamental ali inscrita, informando que o total da receita arrecadada no ano de 2018 foi de 5.317.630,51€

(cinco milhões, trezentos e dezassete mil, seiscentos e trinta euros e cinquenta e um cêntimos), correspondente a uma taxa de execução de 99,20%, e que significava que houve, efectivamente, capacidade de a Junta conseguir arrecadar aquilo que estava previsto em orçamento.

Esclareceu também que, da análise deste documento, se registava uma percentagem significativa no aumento das receitas próprias, correspondendo, nomeadamente, ao valor de 92.791,00 € (noventa e dois mil, setecentos e noventa e um euros).

No que diz respeito à despesa, o valor registado em 2018 foi de 4.201.099,00€ (quatro milhões, duzentos e um mil e noventa e nove euros), correspondendo a uma taxa de execução menor, de 78,87%, consequência de algumas obras ainda em curso que obstaram a um nível de execução de acordo com o desejado.

Considerados estes dados, e no que diz respeito à execução orçamental, resulta um saldo a transportar para o ano de 2019 de 1.116.531,43€ (um milhão, cento e dezasseis mil, quinhentos e trinta e um euros e quarenta e três cêntimos), sendo que uma parte significativa deste valor (cerca de 758,167,00€) corresponde a um saldo consignado e apenas 358.364,00€ estão na posse do serviço e foram alocados ao orçamento de 2019.

Relativamente à parte patrimonial, **SUSANA CRUZ** informou que o activo também registou um acréscimo significativo em relação a 2017. Do mesmo modo, também o passivo registou um crescimento quando comparado com o do ano anterior.

Na apreciação deste ponto da Agenda **JOSÉ MORGADO** quis saber as razões que estão na origem do aumento das receitas próprias, ao que foi respondido por **SUSANA CRUZ** que, entre diversos parâmetros, como vendas e outras fontes, o aumento de novos licenciamentos tinha aqui um peso muito significativo.

Ainda na discussão deste ponto, **DANIEL SOARES** afirmou que estas contas estavam obviamente afectadas pelos contratos de delegação de competências e, nessa sequência, quis saber qual o valor proveniente da CML, reportado a esses mesmos contratos.

Não havendo possibilidade de resposta imediata no decurso desta Assembleia, **SUSANA CRUZ** afirmou que posteriormente lhe iria fazer chegar essa informação.

MIGUEL AGROCHÃO, por sua vez quis felicitar os técnicos da Junta pela evolução como a informação tem vindo a ser produzida, com documentos bem explicativos e de relativamente fácil leitura, ajudando a perceber o que neles está contido e o significado de rubricas tecnicamente complexas.

Passando-se à votação deste documento, foi o mesmo **aprovado**, com os votos favoráveis da CDU (7) e PSD (2) e as abstenções do PS (3) e CDS (1).

O PS apresentou Declaração de Voto Oral, com o teor que a seguir se descreve:

“Embora congratulemos o Executivo pelo trabalho feito, estas não são as nossas contas e, portanto, abstermo-nos. O PS tem por princípio não

obstaculizar a aprovação das contas e o orçamento, no entanto, não tendo participação na execução, entende por bem votar com abstenção”

Na abordagem ao **PONTO 4 – APROVAÇÃO DA 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL**, a vogal **SUSANA CRUZ** fez a apresentação deste documento, começando por afirmar que estas operações de modificação de receitas e despesas contemplaram duas etapas. Uma primeira etapa, na qual foi feita a integração do saldo de gerência do ano anterior, e uma segunda etapa, caracterizada pela integração das receitas e despesas referentes aos novos protocolos de delegação de competências.

Clarificou, também, que o orçamento inicial era de 7.644.000,00€ (sete milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil euros) e que, após esta revisão orçamental, passou a ser de 9.404.667,00€ (nove milhões, quatrocentos e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete euros).

Submetido a votação, resultou este documento **Aprovado** com os votos favoráveis da CDU (7) e PSD (2) e com as abstenções do PS (3) e CDS (1)

O PS apresentou Declaração de Voto Oral, de teor igual à anterior.

Relativamente ao **PONTO 5 – APROVAÇÃO DA 1ª REVISÃO AO PPI DE 2019** - SUSANA CRUZ esclareceu que com os novos protocolos de delegação de competências, foi necessário proceder a uma revisão do Plano Plurianual de Investimento, com uma nova leitura, mais completa, das obras em curso e das que virão a ser realizadas, incluindo aquelas que são consideradas nos novos protocolos.

Sujeito a votação, resultou este documento **Aprovado** com os votos favoráveis da CDU (7) e PSD (2) e com as abstenções do PS (3) e CDS (1)

O PS apresentou Declaração de Voto Oral, de teor igual à anterior.

No que concerne à discussão do **PONTO 6 – INVENTÁRIO**, DANIEL SOARES afirmou que, acerca deste ponto, nada tinha a acrescentar, aproveitando apenas para recordar a necessidade de efectivação de obras no edifício sede da Junta de Freguesia.

Relativamente ao **PONTO 7 – PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO**, DANIEL SOARES reiterou a necessidade de os Planos de Actividade das Instituições/Associações acompanharem sempre esta documentação, e saudou o esforço que a Junta de Freguesia tem vindo a fazer para correcção e cumprimento destes procedimentos.

Submetidos a votação, foram os mesmos **APROVADOS** por unanimidade.

Na apresentação do **PONTO 8 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO**, o PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA começou por dizer que o Estatuto de Oposição está efectivamente legislado, que a Junta de Freguesia ia desenvolvendo algumas das acções nele previstas, mas que, na realidade, não havia a consciência da sua total amplitude, pelo que agradecia ao CDS o facto de, de modo responsável, ter chamado este assunto à colacção, permitindo, assim, que se pudessem corrigir e melhorar procedimentos. Sublinhou, também, que esta atitude

pro-activa do CDS é um bom exemplo do que pode ser a articulação entre o Executivo e os eleitos da Assembleia de Freguesia, numa perspectiva de melhoria permanente.

DIANA VALE, saudou também o facto de, desde a primeira hora, o Executivo ter aceite incluir este assunto na discussão e, de pronto, lhe ter enviado o relatório possível sobre esta matéria, que fora por si solicitado. Sublinhou também a boa articulação que nesta freguesia tem pautado as relações entre o Executivo e a Assembleia, que deveriam constituir-se como uma referência para muitas outras freguesias.

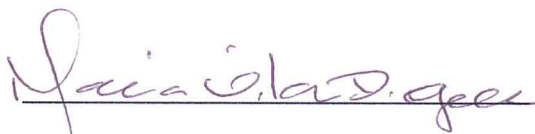
Neste mesmo sentido se pronunciou **DANIEL SOARES**, afirmando que, ainda que nem sempre haja concordância na discussão dos assuntos e no ponto de vista político, a verdade é que as relações institucionais se têm mantido dentro de uma permanente cordialidade e respeito.

Também **JOSÉ MORGADO** se manifestou nesta linha, subscrevendo a mesma leitura e relevando a saudável relação entre todos os órgãos da Assembleia e o Executivo na prática diária da sua actuação.

A terminar esta Assembleia foi acordada a data de **17 de Junho de 2019, pelas 21.00h**, para a realização da próxima Assembleia de Freguesia, a acontecer no Espaço Bento Martins, tendo sido lavrada e aprovada por unanimidade a Acta em Minuta.

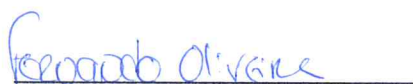
Nada mais havendo a acrescentar, deu-se por encerrada esta Assembleia de Freguesia, eram **vinte e três horas e cinquenta minutos** do dia vinte e nove de Abril, tendo sido lavrada a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por **MARIA VILAR DIÓGENES**, Presidente; **FERNANDO D'OLIVEIRA**, 1.º Secretário, que a redigiu e **MARIA JOSÉ CRUZ**, 2.ª Secretária.

A Presidente da Assembleia de Freguesia



Maria Vilar Diógenes

1.º Secretário



Fernando d'Oliveira

2.ª Secretária



Maria José Cruz

